

A OFERTA DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO DA CAMPANHA DO RS

Herval de Souza Vieira Junior¹

Fernando Frota Dillenburg²

Resumo:

O presente trabalho é proveniente da pesquisa de mestrado que aborda os limites e as possibilidades das cotas raciais no ensino superior, tendo como referência a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). A pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A escolha da UNIPAMPA como referência deve-se ao fato de ser uma Universidade nova, cuja implantação teve a finalidade de proporcionar o acesso ao ensino superior público à determinada população, que historicamente não possuía tal oportunidade. Salienta-se que o presente texto representa um recorte de uma pesquisa mais ampla, e por esta razão, são distintos os objetivos da dissertação dos elencados nesta fase da pesquisa. Portanto, o objetivo aqui é descrever o locus da pesquisa, a UNIPAMPA, as características sociais e econômicas da região na qual ela está inserida e por fim, a participação desta Universidade na oferta de curso superior na região. Trata-se, então, de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa. Buscamos apresentar a região na qual a UNIPAMPA está inserida, e como ela possui um histórico de decadência socioeconômica. Com base nos resultados obtidos é possível inferir que muitos estudantes da região em questão não acessavam o ensino superior porque, até o ano de 2003, não havia a oferta de cursos superiores no local, sendo disponibilizadas vagas nesta modalidade de ensino apenas na esfera particular. A criação da UNIPAMPA, realizada no ano de 2006, possibilitou que a oferta de vagas na rede pública fosse superior à da rede privada, oportunizando assim, o ingresso na Universidade à determinada parcela de moradores da região que, historicamente foi excluída do ensino superior, devido às desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a região.

Palavras-chave: Ensino Superior; Região da Campanha; Unipampa; Ações Afirmativas

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

A OFERTA DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO DA CAMPANHA DO RS

¹ Aluno de pós-graduação. hervaljunior@unipampa.edu.br. Autor principal

² Docente. ffrotadillenburg@gmail.com. Orientador

A OFERTA DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO DA CAMPANHA DO RS: A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é proveniente da pesquisa de mestrado que aborda os limites e as possibilidades das cotas raciais no ensino superior, tendo como referência a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). A pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A escolha da UNIPAMPA como referência deve-se ao fato de ser uma Universidade nova, cuja implantação teve a finalidade de proporcionar o acesso ao ensino superior público à determinada população, que historicamente não possuía tal oportunidade. Tal restrição ao acesso se dava especialmente por residirem em pequenas cidades do interior do Rio Grande do Sul, em regiões caracterizadas por significativos problemas estruturais, econômicos e sociais (RIOS, 2016). Salienta-se que o presente texto representa um recorte de uma pesquisa mais ampla, e por esta razão, são distintos os objetivos da dissertação dos elencados nesta fase da pesquisa. Portanto, o objetivo aqui é descrever o *locus* da pesquisa, a UNIPAMPA, as características sociais e econômicas da região na qual ela está inserida e por fim, a participação desta Universidade na oferta de curso superior na região. Para isso, na introdução será feita uma síntese acerca da UNIPAMPA, uma abordagem sobre a sua criação e finalidade. Após, será apresentada a metodologia utilizada e, nos resultados e discussões, a região da campanha e os resultados obtidos.

A UNIPAMPA surgiu no movimento de reforma do ensino superior no governo Lula (2003-2010). Essa reforma tinha dois eixos principais: o Programa Universidade para todos (PROUNI), que financiava o setor privado mediante bolsas de estudos, e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como objetivo a ampliação das vagas e dos campi das Universidades existentes, assim como a criação de novas universidades (FONSECA, L., 2013). Esta reforma visou a inserção de um público que, historicamente, era minoritário no meio acadêmico, uma vez que, desde a sua constituição, o ensino superior no Brasil foi voltado para a formação da elite econômica e política do país (MACIEL, 2014). Conforme Vasconcelos (2007), no período colonial houve várias tentativas para criar instituições de ensino superior no Brasil e, todas as tentativas foram negadas pela metrópole. “Tal postura demonstra a ação por parte da metrópole em estabelecer uma política de colonização, pautada pela vigilância sob toda tentativa de independência cultural e política da Colônia” (VASCONCELOS, 2007, p. 34).

Em relação aos países do continente americano, as primeiras instituições de ensino superior foram criadas, de forma tardia, após 1808, sendo essas instituições escolas autônomas (Faculdades) majoritariamente destinadas à formação de profissionais liberais para o Estado. O acesso ao ensino superior já começa restrito à elite econômica e política, porque excluía as pessoas oriundas da classe trabalhadora assalariada e, considerando o preconceito racial existente, desconsiderava ainda mais os negros. Após a proclamação da República até o início da era Vargas (1889-1930), a oferta de cursos superiores deixa de ser exclusividade do governo central e a responsabilidade passa a ser dividida com os Estados, com os Municípios e com o setor privado, sendo também adotado o sistema de ingresso via vestibular, no ano de 1915 (KRAINSKI, 2013).

A primeira Universidade brasileira, Universidade do Rio de Janeiro, foi criada no ano de 1920, e após a criação do Ministério da Educação, em 1931, se dá o começo da expansão das universidades. Foram criadas as universidades de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, PUC-Rio e de São Paulo. O período entre os anos de 1945 e 1964 foi caracterizado pela ampliação do número de cursos e das instituições e pela implementação da primeira Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961. Durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) ocorreu a expansão do ensino superior privado, a reforma universitária em 1968 e a ampliação da oferta de instituições públicas, designadas a atender a demanda da crescente classe média urbana. O período entre os anos de 1995 e 2002 é caracterizado pela crise, pelo sucateamento e privatização da educação. Por fim, durante o governo Lula (2003-2010) foi implementada a reforma do ensino superior, que visava a democratização do acesso a determinados segmentos da sociedade, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que viabilizava a concessão de bolsas na rede privada de ensino, bem como da expansão da rede federal. (KRAINSKI, 2013).

É nesse contexto de expansão que surge a UNIPAMPA, após a mobilização da comunidade pela criação de uma universidade federal na região da campanha do Rio Grande do Sul. Este movimento foi fortalecido pela crise da Universidade Regional da Campanha (URCAMP), instituição privada que estava em processo de falência no ano de 2005 e que originou uma mobilização pela federalização dessa universidade (FONSECA, L., 2013). Porém, os estudos do MEC apontaram que seria inconstitucional a federalização da URCAMP e foram indicadas três possibilidades: a “criação de uma nova universidade; a criação de um consórcio intermunicipal que comprasse as bolsas da URCAMP ou a criação de extensões das universidades federais de Santa Maria e Pelotas” (FONSECA, L., 2013, p. 134). Então, em julho do ano de 2005 foi realizada a opção pela criação de uma nova universidade. Na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada nesta fase da pesquisa e, posteriormente, a discussão sobre a região onde a UNIPAMPA está situada, assim como uma breve discussão histórica sobre a sua evolução social e econômica. Por fim, é feita a descrição dos dados sobre a evolução da oferta de vagas no ensino superior na região da campanha do Rio Grande do Sul.

2 METODOLOGIA

A demarcação da pesquisa, segundo Gil (2016), possibilita ao pesquisador reconhecer e escolher dentre as diversas modalidades de pesquisa aquela que será aplicada para solucionar o problema proposto. Pode-se classificar quanto aos objetivos mais gerais, e assim elas podem ser do tipo explanatória, descritiva ou explicativa. E também, conforme a natureza e coleta dos dados (GIL, 2016). De acordo com os objetivos propostos, nesta fase, a pesquisa é delineada com base nos dois critérios sugeridos por Gil (2016), a classificação segundo a natureza dos dados e quanto aos objetivos mais gerais. No primeiro critério a pesquisa tem o caráter quantitativo e qualitativo, pois a coleta de dados se deu de forma quantitativa e a análise de forma qualitativa. Em relação ao segundo critério a pesquisa se enquadra como descritiva. Dessa forma, pode-se delimitar a presente pesquisa como quantitativa e qualitativa, dado as características da coleta e análise dos dados, de natureza descritiva, devido aos objetivos mais gerais da pesquisa. Trata-se, então, de uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

As duas principais atividades econômicas da região da campanha são a agricultura e a pecuária com base na grande concentração fundiária, o que contribui para que seja uma das regiões mais desiguais do Rio Grande do Sul e do Brasil (PESAVENTO, 1985). A sua formação e o baixo desenvolvimento das forças produtivas locais foram determinantes para a atual situação. Conforme Pesavento (1985), no período de acumulação primitiva o Rio Grande do Sul não despertava interesse das potências coloniais, o território era ocupado por Índios nas reduções Jesuítas com base em um sistema de produção comunal, com destaque

para produção de erva mate e a criação de gado bovino. Com a invasão holandesa no final do século XVI, o comércio de escravos africanos foi rompido, fazendo que os Bandeirantes paulistas fossem até o extremo a fim de capturar os Índios aldeados para suprir a falta de trabalho escravo africano. Devido aos ataques dos bandeirantes, os Índios e os Jesuítas abandonaram as reduções e se refugiaram no outro lado do Rio Uruguai, deixando o gado solto que se reproduziu livremente onde hoje é o Estado do Rio do Sul, criando a chamada “vacaria del mar” (PESAVENTO, 1985).

A terra “sem dono” e o gado livre no campo foram os componentes para iniciar a atividade econômica e a ocupação do território. Primeiramente com a chamada “prea do gado xucro”, que consistia na captura do gado para venda de couro para exportação. Após, com a descoberta de ouro nas Minas Gerais e a disputa com a Espanha por território, surge a demanda por gado de tração para as minas e a necessidade de ocupar o território. Assim, a saída foi conceder grandes lotes de terras para quem pudesse constituir milícias armadas para defender o território, preferencialmente militares, sendo que esses novos proprietários teriam gado disponível para vender para as Minas Gerais (PESAVENTO, 1985). Enquanto no Nordeste o critério para receber sesmarias era construir engenho de açúcar ou produzir cana, no Rio Grande do Sul era a capacidade de formar bandos armados para defender a fronteira. (GRILL, 2008).

Após a decadência das minas a alternativa foi a produção de charque para o mercado interno e assim, a dinâmica econômica da região se consolidou como grande estância criadora de gado e na indústria do charque. A elite era formada por estancieiros, charqueadores e militares e o trabalho era atribuição dos peões livres e dos escravos africanos (PESAVENTO, 1985). Dessa forma, a região da campanha se constituiu com uma elite detentora de poder econômico e militar capaz de manter a ordem social baseada na grande propriedade e na contradição de interesses com a elite nacional. Esse cenário começou a mudar com a criação de colônias de imigrantes europeus, em 1824, na metade norte do Estado, que, segundo Pesavento (1985), tinha o objetivo de produzir alimentos para o centro do País e enfraquecer o poder político da elite pecuária. Além disso, a crise do charque se aprofundou após a introdução em São Paulo e nos países platinos da carne frigorificada. A decadência se completou com a diminuição da importância econômica para a metade norte do Estado e com a perda do poder político no começo da república, com a ascensão ao poder dos positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense, que orientou a política econômica para a industrialização na metade norte no Estado (PESAVENTO, 1985).

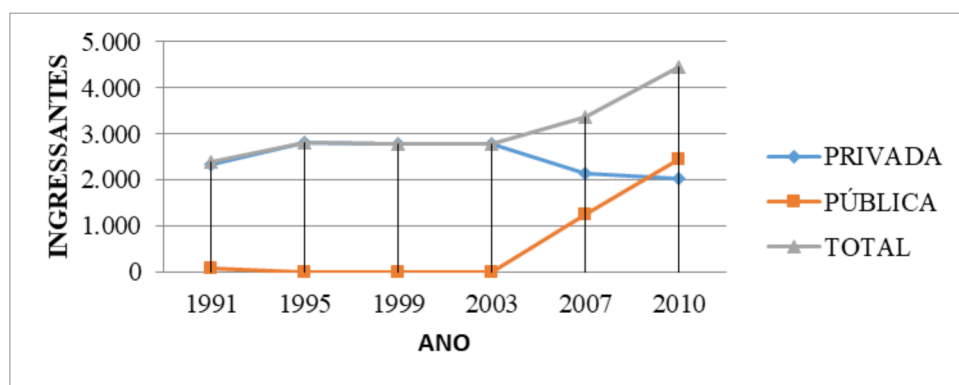
Conforme Fonseca, P. (1983), durante a república velha (1889-1930), houve grandes transformações na política e na economia do Rio Grande do Sul. A orientação política do Estado, após a proclamação da república, é vista por alguns autores como uma luta antagônica entre os interesses da metade norte contra os da metade sul, favorecendo o setor industrial, as camadas médias urbanas e as colônias, em detrimento dos pecuaristas da metade sul. Durante o período imperial, o Partido Liberal é que tinha a hegemonia política no Estado, que era ligado aos interesses dos pecuaristas. Com a república, novos agentes ligados às classes médias urbanas, militares, industriais, coloniais e alguns oriundos da pecuária assumiram o poder político por toda a República Velha por meio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Conforme Fonseca, P. (1983), a crise da economia pecuária era vista de forma diferente entre a situação (PRR) e a oposição. O que sucedeu nos governos positivistas de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros foi o direcionamento da política econômica do Estado para as regiões coloniais e industriais frente à decadente economia pecuária da metade sul, que possuía baixo desenvolvimento tecnológico e pouca capitalização (FONSECA, P., 1983).

O que se buscou apresentar é o fato de que a região na qual a UNIPAMPA está inserida possui um histórico de decadência socioeconômica. Para ilustrar essa situação nos

dias de hoje, utiliza-se como proxy os dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) formulado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS). O IDESE é um índice multidimensional que considera a renda, a saúde e a educação, utilizando uma escala de zero a um, quanto mais perto de um, mais desenvolvida a região. Em toda a região da campanha o índice é de (0,6 a 0,69), enquanto na metade norte é de (0,7 a 1), sendo que na serra gaúcha e no noroeste colonial é entre (0,9 e 1). Isso demonstra que a decadência social e econômica ainda persiste na região.

Como já explicitado, a UNIPAMPA surge com o objetivo de oportunizar o acesso ao ensino superior para os moradores da região, e assim contribuir para o desenvolvimento regional. Com base nos dados do censo do INEP de 1991 a 2010, a evolução da oferta de vagas foi a seguinte: 1991: 4.832; 1995: 5.614; 1999: 4.911; 2003: 7.025; 2007: 6.187 e 2010: 7.708 vagas no ensino superior, entre públicas e privadas. O gráfico abaixo mostra a evolução dos ingressantes nos dez municípios onde possuem campus da unipampa.

Gráfico 1 – Ingressantes nos cursos de graduação nas cidades sede



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do INEP.

Os dados apresentados não apontam a origem dos estudantes que ingressaram nos cursos disponibilizados, no entanto, estima-se que uma universidade pública na região aumenta a possibilidade de acesso ao ensino superior para aqueles estudantes que, devido à limitação econômica, não possuem condições de se deslocarem de sua cidade para estudar. Conforme informações do gráfico, o número de vagas ofertadas e a quantidade de ingressantes nos cursos de graduação na região da UNIPAMPA dobrou, no entanto, ao observar-se o gráfico 1, conclui-se que durante a década de 1990 o número de ingressantes permaneceu constante. O ponto de inflexão deu-se a partir de 2003 e acentuou-se em 2007, após a política de expansão e de interiorização do Ensino Superior e a UNIPAMPA, possui relevante participação nesta mudança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos é possível inferir que muitos estudantes da região em questão não acessavam o ensino superior porque, até o ano de 2003, não havia a oferta de cursos superiores no local, sendo disponibilizadas vagas nesta modalidade de ensino apenas na esfera particular. Foi a partir do ano de 2004, com a instalação dos campi da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) nas cidades de Santana do Livramento e São Borja, que a região passou a ter a oferta de cursos superiores na rede pública. A criação da UNIPAMPA, realizada no ano de 2006, possibilitou que a oferta de vagas na rede pública fosse superior à da rede privada, oportunizando assim, o ingresso na Universidade à

determinada parcela de moradores da região que, historicamente foi excluída do ensino superior, devido às desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a região.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FONSECA, Laura Regina S. C. M.. Sociedade Civil, **Esfera Pública e Hegemonia: um estudo sobre a criação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA**. 2013. 246f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL – FEERS. Idese do RS. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEERS, 2017. Disponível em: <<http://atlas.fee.tcche.br/rio-grande-do-sul/socioambiental/ide-se-do-rs/>>. Acesso em: 20 jan. de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRILL, Igor Gastal. **“Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS e PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior (Série histórica por municípios – 1991 a 2010)**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 16 dez. 2017.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **A política de cotas na UEPG: em busca da democratização do ensino superior**. 2013. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

MACIEL, Regimere Oliveira. **Acesso e produção acadêmica de estudantes cotistas negros da Universidade Federal do Maranhão**. 2014. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 4 Ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

RIOS, Rafaela. **Análise do plano de permanência de Estudantes da Universidade Federal do Pampa**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A Federalização do Ensino Superior no Brasil**. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.